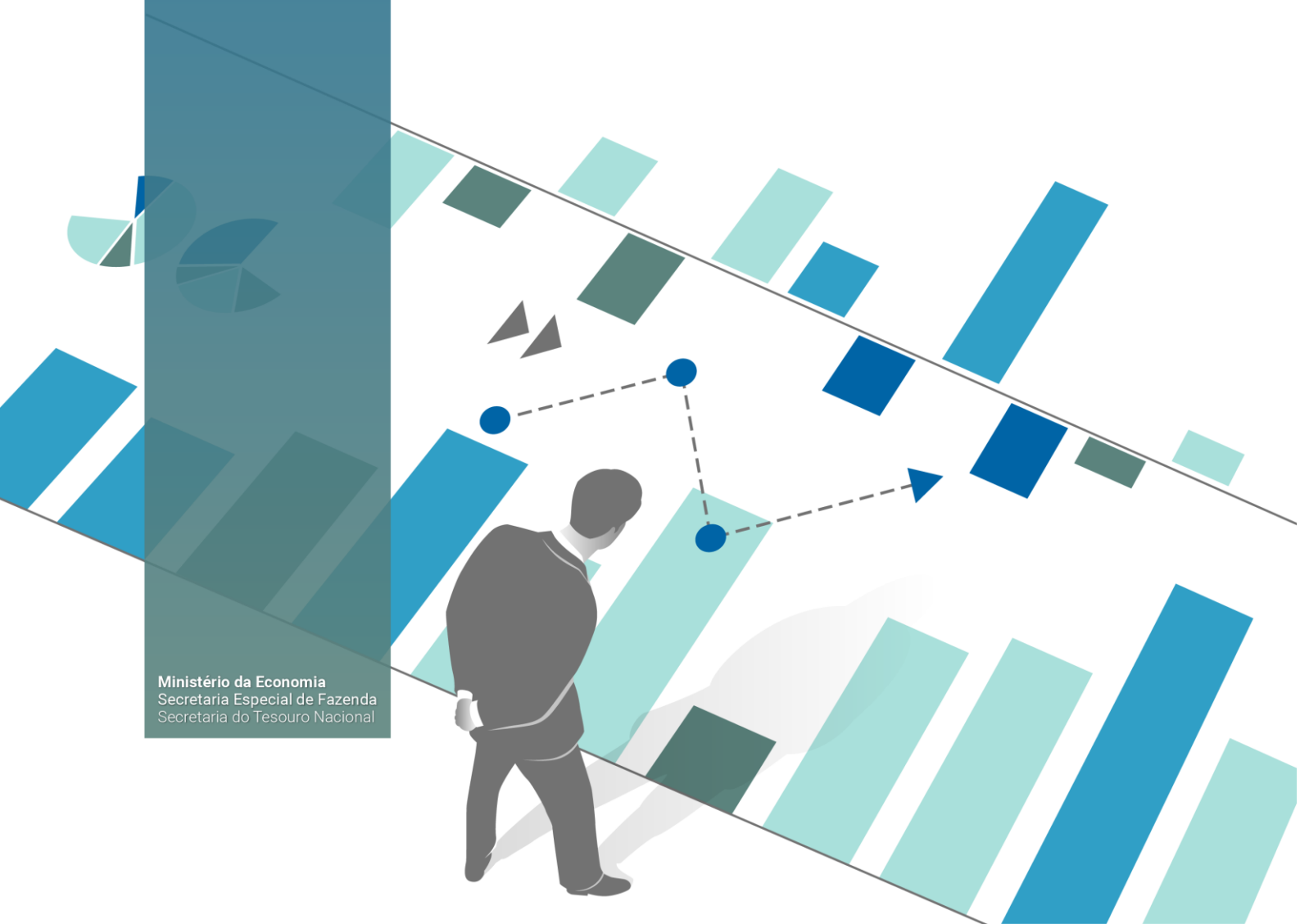
TESOURONACIONAL

RTN 2020

Abril

Resultado do Tesouro Nacional

Sumário Executivo



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Fazenda
Secretaria do Tesouro Nacional

Sumário Executivo

O resultado primário do Governo Central foi um déficit de R$ 92,9 bilhões em abril de 2020, frente a um superávit primário de R$ 6,5 bilhões observado em abril de 2019 (em termos nominais). O resultado observado foi superior à mediana das expectativas da pesquisa Prisma Fiscal do Ministério da Economia, que indicava um resultado deficitário de R$ 100,0 bilhões. O déficit de abril é explicado principalmente pela redução significativa na arrecadação, combinada ao aumento nas despesas do Poder Executivo decorrentes de medidas de combate à crise Covid-19.

Em abril, o Tesouro Nacional e o Banco Central foram deficitários em R$ 59,5 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) apresentou déficit de R$ 33,4 bilhões. Em relação a abril de 2019, o resultado primário foi influenciado pela redução real de 35,6% na receita líquida e pelo crescimento real de 44,7% na despesa total.

A diminuição da receita líquida é explicada, principalmente, (i) pelo diferimento estimado de R$ 35,1 bilhões na arrecadação de tributos e (ii) pela redução de R$ 1,6 bilhões referente à diminuição do IOF crédito. O comportamento da despesa, por sua vez, foi determinado, principalmente, pela execução de medidas de combate à crise Covid-19 que somaram R$ 59,4 bilhões no mês de abril. Destaque para o Auxílio Emergencial a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social (R$ 35,8 bilhões), a Concessão de Financiamento para o Pagamento de Folha Salarial (R$ 17,0 bilhões) e as Despesas Adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios (R$ 4,8 bilhões). Outra rubrica de despesa com crescimento pronunciado foi Benefícios Previdenciários que cresceu 15,1% em termos reais (R$ 7,4 bilhões) devido, principalmente, a antecipação do pagamento de 13º de aposentadorias e pensões. Em contrapartida, houve redução real de R$ 12,3 bilhões (96,9%) nas despesas do Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital) em abril de 2020, quando comparado com o mesmo mês do ano passado, justificado pela alteração do cronograma de pagamentos realizada neste ano.

Com o resultado de abril, o saldo acumulado no primeiro quadrimestre totaliza déficit de R$ 95,8 bilhões, ante R$ 2,8 bilhões no mesmo período de 2019 (termos nominais). Esse resultado é composto por um déficit de R$ 9,8 bilhões do Tesouro Nacional e do Banco Central e por um déficit de R$ 86,0 bilhões na Previdência Social (RGPS). Em termos reais, no acumulado até abril, a receita líquida caiu 10,6% enquanto a despesa cresceu 9,7%.

É importante destacar que, com exceção da expansão de R$ 3 bilhões do Bolsa Família, todos os programas de combate aos efeitos econômicos e sociais do COVID-19 são temporários, com execução concentrada no trimestre de abril a junho. Adicionalmente, como a maior parte desses programas envolvem ações de transferência de renda, não se espera que a sua execução gere valores elevados de restos a pagar como seria esperado no caso de programas de subsídios e/ou de investimento público. Isso significa que a execução dessas despesas deve ficar restrita ao ano fiscal de 2020. Isso vale, inclusive, para a Concessão de Financiamento para o Pagamento de Folha Salarial, um programa de R$ 34 bilhões (R$ 40 bilhões quando se inclui a parcela do setor privado) concentrado nos meses de abril e maio.

Na semana passada, o Ministério da Economia publicou o segundo relatório de revisão das receitas e despesas do Governo Central. No orçamento aprovado para 2020, o governo esperava uma despesa primária de R$ 1.479,5 bilhões (19,4% do PIB) e um déficit primário de R$ 124 bilhões (-1,63% do PIB) para o Governo Central. No último relatório bimestral, esses números foram, respectivamente, para R$ 1.753,5 bilhões (24,5% do PIB) e o déficit primário para R$ 540,5 bilhões (-7,6% do PIB).

Os números acima ainda não incorporam algumas medidas na área da despesa em análise ou já aprovadas, mas cujo crédito extraordinário ainda não foi aberto, o que deve elevar o valor da despesa primária do Governo Central em mais R$ 130 bilhões para R$ 1.883,1 bilhões (26,3% do PIB) e o déficit primário do Governo Central para R$ 675,7 bilhões (9,4% do PIB). Adicionalmente, se acrescentarmos o déficit primário de R$ 2,4 bilhões das estatais federais e o déficit de R$ 30,6 bilhões dos subnacionais, o déficit primário do Setor Público Consolidado será de R$ 708,7 bilhões (9,9% do PIB), ante R$ 61 bilhões (0,9% do PIB) do ano passado.

É preciso um alerta. O déficit do setor público estimado acima pressupõe que não haja novas frustrações de receitas e renovação dos programas de combate aos efeitos econômicos e sociais da COVID-19, muitos dos quais programados para terminar em junho. Se algum programa for renovado ou se houver novas frustrações de receitas, o déficit primário do setor público passará de 10% do PIB, pressionando ainda mais o crescimento da dívida liquida e bruta. Vale lembrar que a dívida pública bruta deverá passar de 75,8% do PIB para mais de 93% do PIB com as medidas já anunciadas, um crescimento de 17 pontos percentuais do PIB, e a dívida líquida do setor público (DLSP) passará de 55,7% para cerca de 68% do PIB, um crescimento de cerca de 12 pontos percentuais do PIB em apenas um ano.

Ao contrário dos demais países emergentes, o Brasil já começou este ano com valores para a dívida bruta e liquida muito acima da média dos países emergentes. Como o crescimento das dívidas líquida e bruta neste ano, é imprescindível o compromisso do governo com o cumprimento do teto dos gastos nos próximos ano e um esforço adicional para recuperar parte de perda de arrecadação por meio de receitas extraordinárias, como por exemplo, receitas de concessões e receitas de dividendos das estatais, em especial dos bancos púbicos, que devem retomar a política de desinvestimentos e abertura de capital que estavam implementando antes da crise.

É importante destacar que o ajuste fiscal no Brasil só estará completo quando as dívidas líquida e bruta estiverem em uma clara trajetória de queda, dado o crescimento potencial da economia. A aprovação da agenda de reformas estruturais que ajude a aumentar o potencial de crescimento da economia será fundamental para melhorar a dinâmica da dívida/PIB no pós-crise. Assim, será importante que se construa o mínimo de consenso político para a retomada, ainda este ano, da agenda de reformas estruturais que será fundamental para pagar a conta da crise em um ambiente de ajuste fiscal gradual com juros baixos.

Adicionalmente, é importante que nenhum dos programas temporários se torne permanente, pois caso isso venha a acontecer, esses novos programas concorreriam com o espaço fiscal de despesas já programadas para 2021, que precisam obedecer aos limites de crescimento da regra do teto dos gastos. De acordo com dados da PLDO 2021, a despesa

primária do Governo Central no próximo ano será em torno de R$ 1.530 bilhões (19,7% do PIB), ante despesa primária programada para este ano, inclusive com os programas já aprovados do COVID-19, de R$ 1.883,1 bilhões (26,3% do PIB). Ou seja, no próximo ano já está contratada uma queda da despesa primária do Governo Central de R$ 353,1 bilhões, resultando em uma queda da despesa primária de 6,6 pontos do PIB em 2021. O retorno das despesas primárias em 2021 para os limites estabelecidos na regra do teto dos gastos é fundamental para manter o país no processo de consolidação fiscal e garantir a convergência da política fiscal para níveis sustentáveis no médio prazo.

Apesar de já estar contratada uma forte contração da política fiscal para o ano de 2021, destaca-se que o debate de aprimoramento de políticas sociais é bem-vindo. Um país cuja despesa primária do Governo Central, sem as despesas extras deste ano, supera 19% do PIB e a carga tributária é de 33% do PIB, tem um potencial significativo de aprimorar políticas públicas voltadas para as áreas sociais em harmonia com o ajuste fiscal necessário para evitar crescimento dos juros neutros ou da inflação esperada. Quanto a isso, é importante destacar que este relatório traz dados da classificação da despesa total (inclusive juros) do Governo Central, segundo a metodologia de classificação do gasto da OCDE: COFOG. Por meio dessa metodologia, pode-se notar que o Brasil tem gasto social do Governo Central muito próximo de países desenvolvidos e gasto com “serviços públicos gerais”, onde aparece a conta de juros, excessivamente elevado. A boa notícia é que a conta de juros já está em queda, apesar do ainda elevado desequilíbrio fiscal brasileiro.

É fundamental que se continue no período pós-pandemia o esforço de redução da conta de juros e aprimoramento da efetividade das políticas sociais, conciliados com a necessidade de ajuste fiscal. Como os dados comparativos do COFOG mostram, o problema no Brasil não é o tamanho do gasto social, que é grande para uma economia de renda média, mas a sua composição ainda é fortemente determinada pelas despesas com aposentadorias e pensões, apesar da reforma da previdência e do perfil demográfico ainda jovem da sociedade. O desafio nos próximos anos para uma sociedade tão desigual como a brasileira será conciliar a necessidade do ajuste fiscal com reformas para aumentar o potencial de crescimento da economia e tornar mais efetivo e inclusivo o gasto social no Brasil, evitando novos aumentos de carga tributária para essa finalidade.